

# Fim da moratória está perto

WASHINGTON — O governo brasileiro pagará 500 milhões de dólares — depositados no Banco de Compensação Internacionais (Bis, o banco central dos bancos centrais, com sede na Suíça) — e os banqueiros depositarão 1 bilhão de dólares na conta do governo brasileiro. Isto representará, na prática, o fim da moratória brasileira e das penosas reuniões em Nova Iorque entre a equipe brasileira liderada por Fernão Bracher e o comitê dos bancos credores. Até dezembro, os bancos deverá injetar entre 2 e 2,4 bilhões de dólares adicionais para o pagamento dos atrasados de 1986. O acordo, que segundo algumas fontes está bastante adiantados, afastará também o risco do rebaixamento dos créditos brasileiros pelas autoridades americanas, livrando os bancos de ter que provisionar entre 10 e 15 bilhões de dólares de seus balanços para fazer frente ao calote brasileiro. Um observador cauteloso das negociações compara o acordo que está sendo elaborado a um depósito em juízo, e prefere dizer que a moratória ainda não acabou, mas caminha a passos largos para seu fim.

Os banqueiros admitem manter as linhas de curto prazo para os bancos brasileiros e examinar o segundo estágio da renegociação, provendo recursos da ordem de 2,5 bilhões de dólares nos próximos três anos para saldar pagamentos atrasados. A contrapartida brasileira será o regresso ao Fundo Monetário Internacional, embora isso não seja um condicionante para a liberação dos recursos pelos banqueiros. “Não se pode ter o bolo todo sem repartir com os demais à mesa”, comentou um privilegiado observador das negociações.

As negociações que se arrastam por quase duas semanas, suportando mesmo os turbulentos dias do colapso do mercado financeiro de Nova Iorque, só poderão chegar a bom termo por causa da fórmula proposta pelo Federal Reserve Board (banco central americano), em conjunto com o Tesouro, elegendo o BIS como fideicomissário para receber os 500 milhões de dólares de pagamento do Brasil. Com isso, livrou as partes de um impasse político. Para o Brasil, principalmente, o pagamento através do BIS representa uma forma de pressionar os banqueiros para cumprir o acertado em Nova Iorque. Isso porque o dinheiro só será liberado para os bancos se eles injetarem nas contas brasileiras o dinheiro novo necessário para fazer o Brasil regressar ao bem-comportado rebanho da comunidade financeira internacional. O BIS já foi utilizado em outras circuns-

tâncias, por inspiração do Federal Reserve Board — então sob o comando de Paul Volcker —, quando se tratou de realizar os chamados *empréstimos-pontes* para o Brasil.

Os banqueiros, no princípio resistentes à colocação de mais um protagonista entre eles e seus devedores, acabaram curvando-se à fórmula do Federal Reserve e do Tesouro. Afinal, caso não seja encontrado um acordo antes do fim do ano, terão que enfrentar seus acionistas com a má notícia de provisionar mais recursos para calçar a dívida brasileira não honrada. Os acionistas, sensíveis aos últimos acontecimentos do mercado financeiro, seguramente iriam pautar suas decisões na bolsa motivados também por este novo fato. O embaixador Marcílio Marques Moreira acompanhou de Washington o andamento das negociações e delas participou a nível de governo — nas reuniões no Tesouro e no Federal Reserve Board.

A idéia da *securitização*, ainda que voluntária, de parte da dívida brasileira, foi outro compromisso assumido pelos banqueiros na reunião de segunda-feira. Por este esquema, parte da dívida seria transformada nos chamados *bônus de saída* — um papel com deságio, mas remunerado anualmente, a ser vendido aos bancos que desejarem encerrar suas operações com o Brasil. No segundo estágio da rodada de renegociação, será discutido o depósito, pelos bancos credores, de cerca de 2,5 bilhões de dólares durante os próximos três anos. Com isso, espera-se, serão normalizados os pagamentos do Brasil à banca internacional, concluindo um período de marginalidade do mercado mundial. O governo brasileiro deve cerca de 450 milhões de dólares ao mês aos bancos. (S.F.)

☐ Economistas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional ouvidos pelo The New York Times acreditam que os países endividados do Terceiro Mundo terão algum benefício com o crash das bolsas de valores, devido à redução das taxas de juros e porque os preços das matérias-primas se mantiveram instáveis em meio à crise. Ressaltam porém que, desde o início do ano, as taxas de juros já subiram três pontos percentuais, enquanto nas duas últimas semanas baixaram no máximo um ponto, como no caso da Libor. Além disso, a crise das bolsas e do dólar pode se estender a toda a economia dos países industrializados, que são os grandes compradores das exportações de matérias-primas do Terceiro Mundo.